

A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA CRIANÇA: NARRATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

FUJIHARA, Juliana Roberta Paes¹

Eixo Temático: Aromas na relação entre instituição educativa, família e comunidade.

Categoria: Painel

RESUMO. Esse artigo foi desenvolvido para atender os critério de avaliação da disciplina Formação de Professores em Alfabetização do curso de Mestrado Profissional da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul . Neste sentido, a importância deste trabalho consiste em entender o que as crianças da educação infantil, pensam sobre o ler e escrever e assim refletir sobre a questão da alfabetização na primeira etapa da educação básica, especificamente com crianças de 5 anos, de uma pré-escola do município de Coxim/MS, contribuindo para que aprendizagens significativas façam parte do processo didático da aprendizagem.

Palavra-chave: Narrativas, Alfabetização, Educação Infantil.

Introdução

Historicamente, as instituições que atendiam as crianças de 0 a 6 anos tinham um caráter filantrópico, marcado pelo acesso restrito, característico do período colonial e imperialista, pela qual deixou consequências ao longo de um século, por inferir que havia dois tipos de infância: por um lado as crianças de famílias pobres, negras, abandonadas ou com deficiência e por outro, as crianças das classes mais privilegiadas, filhas de brancos e dos proprietários.

Essa conotação ideológica, além da desigualdade social que permeava a época, fez com que houvesse uma distinção no ensino, e só se rompeu com os debates sobre a criança brasileira e seus direitos no período de elaboração da nova Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos anos entre 1986 e 1990.

No art. 227 da Constituição Federal afirma que:

" é dever da família, da sociedade e do Estado **assegurar à criança** e ao adolescente, com absoluta prioridade, **o direito** à vida, à saúde, à alimentação, **à educação**, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". (BRASIL, 1988).

Desde então, diferentes pesquisas mostram que os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento e a formação da personalidade e inteligência da criança. A educação de crianças deixou de estar associada à política de assistencialismo, passando a emergir dentro das políticas nacionais de educação. O que nos deixa aliviados, pois o cuidado e o educar na primeira infância, começa a ser tratados como assuntos prioritários no governo.

Contudo, somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) - Lei 9394/96, é que a Educação Infantil passou a fazer parte da primeira etapa da educação básica. Para Abramowicz e Wajskop (2002), isso significa que a infância passou a ter um espaço próprio para educação, das quais, a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho e a luta do direito da criança à educação contribuíram para a expansão das instituições de Educação Infantil (EI).

Dois anos mais tarde, atendendo às determinações da LDB, surge o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), cujo objetivo é auxiliar os professores de educação infantil na realização de seu trabalho educativo diário junto às crianças pequenas.

A educação infantil vem se estabelecendo como níveis de ensino, fundamentada nas competências e especificidades que merece, como qualquer outro nível de ensino.

Mais recentemente houve uma alteração na LDB, por meio da Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que fica regulamentada a obrigatoriedade do ensino a partir dos 4 anos de idade, por meio da Emenda Constitucional nº 59 em 2009.

Considerando a fase transitória pela qual passam creches e pré-escolas, a meta do Plano Nacional de Educação, é universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

Neste contexto, cresce o debate em torno da questão da alfabetização na educação infantil (EI) entre os pesquisadores. Há os que defendem que não se deve alfabetizar de jeito algum na educação infantil, pois exercícios de prontidão e memorização poderiam causar a

perda do lúdico. E há quem acredita que a "antecipação" da alfabetização, através de práticas pedagógicas prazerosas e lúdica, possam facilitar o processo de alfabetização na etapa seguinte (educação fundamental). Pois, a aprendizagem vai muito além da reprodução de textos e exercícios de fixação, inclui o brincar, o qual permite que as crianças tenham mais liberdade de pensar e de criar para desenvolver-se plenamente (BARROSO 2010).

Na verdade, a presença da cultura escrita nesta etapa, é fundamental para o desenvolvimento integral da criança, um ambiente estimulador contribui para o fortalecimento da democracia e da ética, minimizando as diferenças socioculturais. (DUARTE, 2006).

De acordo com Emilia Ferreiro, o trilhar da alfabetização, passa essencialmente por etapas em que a criança constrói o seu conhecimento, independentemente da camada social a que pertença. As etapas são as mesmas, o que pode mudar é a idade da criança e os estímulos que ela recebe.

As crianças que crescem em ambientes onde a língua escrita existe, onde há estímulo para que essa criança manuseie livros e se valoriza o que ela cria, naturalmente ela terá maior facilidade para aprender a ler e escrever. FERREIRO (2005),

Ainda a autora

Tradicionalmente, a alfabetização inicial é considerada em função da relação entre o método utilizado e o estado de "maturidade" ou de "prontidão" da criança. Os dois pólos do processo de aprendizagem (quem ensina e quem aprende) têm sido caracterizado sem que leve em conta o terceiro elemento da relação: a natureza do objeto de conhecimento envolvendo esta aprendizagem (FERREIRO, 1985).

Considerando a complexidade da questão da alfabetização na educação infantil, não pretendo, num espaço limitado, discutir os processos de alfabetização nem tampouco procuro realizar uma reflexão sobre métodos de alfabetização. Esse artigo é um convite aos professores de educação infantil a refletir sobre suas próprias concepções de educação.

Em razão desses diferentes pressupostos, busco um outro olhar quanto ao processo de alfabetização na infância, um olhar que parte da visão da própria criança da educação infantil, através de narrativas, pretendo apenas iniciar uma conversa sobre como as crianças vêem a alfabetização, sua importância e utilização para a vida em sociedade, e assim poder contribuir para a melhoria da prática alfabetizadora no contexto atual.

O Universo e os Sujeitos Pesquisado

O "Caminho das Letras", é uma instituição de ensino da rede municipal, destinada à crianças de 4 e 5 anos de idade, denominada de pré-escola. Os professores disponibilizam de vários recursos pedagógicos: televisão, aparelho de dvd, espaço para recreação, o que garante o desenvolvimento psicomotor das crianças com mais ludicidade.

Existe 6 salas de aula, três delas são de turmas de 4 anos e as outras três são das turmas de 5 anos, funcionando nos dois períodos, com média de 20 crianças em cada turma.

Das três turmas do período matutino, a diretora da instituição disponibilizou uma turma para que a pesquisa fosse realizada. A turma é composta por 18 crianças, sendo 7 meninos e 11 meninas.

Para uma maior aproximação entre a pesquisadora e os sujeitos pesquisados, houve uma conversa inicial explicando qual o motivo da presença da mesma na sala de aula e que as crianças iriam ajudar a pesquisadora a estudar, isso fez com que as crianças perdesse um pouco do receio em conversar, outro fator que contribuiu, foi o fato de haver outras crianças que já tinham sido alunos da pesquisadora em anos passados.

Brincar ou Ensinar

A brincadeira é uma das características da fase da infância, e uma das linguagens que ela utiliza para constituir-se como indivíduo e criar significados ao mundo que a cerca.

Para Oliveira (2000), brincar é muito mais complexo do que se possa imaginar, pois o desenvolvimento acontece da interação com o outro, o brincar propicia o desenvolvimento de capacidades importantes como a atenção, a memória, a imaginação, a motricidade, inteligência, criatividade e sociabilidade.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 27, v.01):

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não-literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.

Vygotsky (1998), nos faz entender que a brincadeira infantil se configura como uma atividade natural de realização dos instintos infantis, corroborando para o desenvolvimento do

sujeito, e contribuindo para aquisição de novos conhecimentos. Para o autor, a brincadeira, permite que a criança de significado aos signos por ela representados.

"É bom i na escola pra aprende e brincar com os amiguinhos". R

"Eu gosto de ir na escola porque é legal e porque eu brinco no parque". S2

"Eu gosto da escola porque é legal, eu brinco no parque e com meus amigos". A

Não é de se estranhar que as crianças destacam o brincar como fator principal para vir para a escola, pois é na escola que elas encontram com seus amigos, e essa troca com o outro permite que elas se desenvolvam.

O predomínio do brincar, contrária ao ensinar, vislumbra na prática educativa pedagógica da Educação Infantil (EI) três eixos que devem direcionar o trabalho docente: **o cuidar**, pertinente às necessidades básicas da crianças (higiene, alimentação...); **o educar**, enquanto atividade criadora, na qual a imaginação, fantasia e a criatividade interagem no processo de apropriação de novas possibilidades de interpretação pela própria criança, construindo as relações sociais; e **o brincar**, indiscutivelmente necessário nesta fase, para desenvolver-se como cidadão consciente, por meio da cooperação, da participação, entre outras habilidades. (BRASIL, 1998 grifo meu).

Dando ênfase ao papel do professor na EI, destaco as falas de Arce (2004), ao focar que o professor dessa faixa etária, não deve ensinar, e sim, acompanhar , propiciar e estimular o desenvolvimento infantil.

Para Martins e Duarte (2010), a especificidade da educação da criança pequena implica a negação e o rompimento dos laços com o modelo escolar de atendimento educacional.

A perspectiva dos sujeitos quanto a alfabetização esta relacionada com a importância e a presença da escrita no meio em que as crianças estão inseridas, da frequência e da qualidade de sua interação.

"Eu gosto da minha escola, eu gosto de brincar e quando a professora da atividade". M2

A construção do conhecimento envolve as dimensões cognitivas e afetivas, concomitantemente, não podendo dissociá-las. De acordo com Ferreiro (2005), "as crianças **pensam** a propósito da escrita, e seu pensamento tem **interesse, coerência**, validade e extraordinário potencial educativo." (Grifo meu).

"É bom aprender.....aprender pra pode crescer e arrumar trabalho".

M

"Eu gosto da minha escola, ela é legal, eu vou estudar sempre aqui." S

Na primeira fala, a criança já esta pensando em seu futuro, ela tem um propósito em ir para a escola, ela deixa claro que para se arrumar um trabalho ela precisa aprender, e esse aprender está relacionado com o fato da pessoa saber ler e escrever. De acordo com Ferreiro (2005), os verbos ler e escrever remetem a construções sociais.

Quanto a segunda fala, podemos constatar uma relação da escola que envolve a afetividade, Leite (2011) defende que "a afetividade refere-se a experiências subjetivas que revelam como cada indivíduo é afetado pelos acontecimentos da vida", sendo assim, as relações que a criança tem vivido na escola, seja com os colegas, ou com a professora, marcam ela positivamente, atribuindo um valor de pertencimento ao lugar.

Seguindo esse pensamento, os professores de educação infantil, deve estar muito mais preocupados com a relação pedagógica educativa, das quais envolvem as dimensões expressivas, lúdicas, criativa, afetiva, entre outras, do que o processo de ensino-aprendizagem. (DUARTE, 2005).

Fica claro nestas falas, que o professor de educação infantil não deve dissociar o brincar do educar, pois as crianças aprendem brincando, assim como já dizia Vygostky, que a criança na brincadeira, cria outros mundos e se comporta de forma incomum ao cotidiano, vivendo uma realidade dela.

Contudo, a incorporação de brincadeiras, jogos e brinquedos na prática pedagógica, contribuem para o desenvolvimento de diferentes atividades e inúmeras aprendizagens significativas. Segundo Brougère (1995,p.9), "o brinquedo não condiciona a ação da criança".

Para Vygotsky (1998), o educador poderá fazer o uso de jogos, brincadeiras, histórias e outros, para que de forma lúdica a criança seja desafiada a pensar e resolver situações problemáticas, para que imite e recrie regras utilizadas pelo adulto.

Sendo assim é possível sim criar um contexto letrado para que a criança receba estímulos ao seu processo de alfabetização. Alguns autores, chamam essa prática de letramento.

Para Soares (2004b, p. 20), letramento

[...] é entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em praticas sociais; distinguem-se (alfabetização e letramento) tanto em relação aos objetos de conhecimento quanto em relação aos processos cognitivos e lingüísticos de aprendizagem e, portanto, também de ensino desses diferentes objetos.

Ferreiro (2005) contrariamente ao termo letramento, diz ser uma "invenção" de uma sociedade que não conseguiu dar "conta" do papel da alfabetização e passou a diferenciar as dificuldades da língua escrita nos métodos de práticas sociais e profissionais das aprendizagens do sistema de escrita.

A questão da alfabetização para Leite (2008), se configura num processo gradativo, onde a qualidade da mediação interativa, ou seja, o papel do professor enquanto estimulador, contribui para que a criança identifique as diferentes funções da escrita para a vida em sociedade.

Rocha (2002b, p. 12) reitera ainda a importância de se buscar, antes de tudo, “conhecer as crianças, os contextos sociais e institucionais de sua educação”.

Compreender o processo de alfabetização como um período longo, é permitir que a criança ingresse num ambiente cultural e reflita sobre a escrita e a leitura, iniciando ou não o processo de alfabetização. (BRAGAGNOLO, 2005, p. 14).

"Eu quero estudar para aprender a ler para os meus pais". C

"Eu quero estudar pra quando eu ir pra outra escola eu já vou saber ler e escrever". V

Na primeira fala, a criança deixa evidente que o segredo da alfabetização é a leitura, ao passo que ela já recebe influências positivas. O fato dela querer aprender para ler para seus pais, nos faz acreditar que ela é uma criança que ouve histórias dos pais, e que escrever é decorrência desse conhecimento. Não se pode escrever para depois ler; é o inverso, primeiro o aluno se familiariza com os vários tipos de texto, lê, e depois escreve (FERREIRO, 2005).

Pasqualini (2010) admite que a criança assimila as formas sociais da conduta e as transfere para si mesma, ou seja, a criança começa a aplicar a si própria as mesmas formas de comportamento que a princípio outros aplicavam a ela.

Como afirma Cagliari (1999, p. 106):

[...] aos cinco anos uma criança está mais do que pronta para ser alfabetizada, basta o professor desenvolver um trabalho correto de ensino e de aprendizagem na sala de aula. Nessa idade ela já conheceu e aprendeu muita coisa da vida, do mundo e até da história, já testou sua participação na sociedade, seu relacionamento com pessoas diferentes. (CALIARI, 1999).

Embora algumas colocações não sejam adequadas, como já vimos anteriormente, para a educação infantil, como o termo ensino, e sim práticas educativas pedagógicas, as quais contribuem para uma aprendizagem lúdica, podemos afirmar que as crianças podem ou não estar prontas para ser alfabetizadas, isso vai depender do ambiente que ela se encontra e como ela se relaciona.

A conjectura da questão da alfabetização e o desenvolvimento cognitivo das crianças da educação infantil, é incontestavelmente complexa, a linguagem escrita e a oral são condições necessárias para o desenvolvimento, porém outros fatores influenciam tal condição.

Reflexões Finais

A educação infantil possui especificidades características, das quais, podemos mencionar o papel do brincar como ponto de destaque nesta fase da infância. Para Gomes (2006), a educação infantil deve ser pensada e fundamentada em uma pedagogia centrada na infância e suas especificidades, contemplando o prazer que o brincar proporciona.

Entre as falas das crianças é nítida a importância que elas atribuem ao brincar, assim como para Martins e Duarte (2010):

...é preciso ensinar *na e pela* brincadeira. É preciso, para isso, romper com a artificial dicotomia entre “atividades dirigidas” (supostamente para ensinar) e “atividades livres” (supostamente para brincar), ainda tão presente nas escolas de Educação Infantil. (MARTINS e DUARTE, 2010).

A afetividade na mediação entre as crianças e a alfabetização é um fator crucial, verificamos que as crianças possuem um carinho e uma vontade muito grande em ir para a escola todos os dias, seja para aprender ou para brincar com os coleguinha, essa relação cria laços que permite ao professor tirar vantagem no processo de aprendizagem. A partir do momento em que as crianças sentem prazer em realizar determinada tarefa, tudo fica muito mais fácil.

Também constatamos que um ambiente favorável à leitura, contribui para o processo de alfabetização, porém a preocupação das professoras da educação infantil não deve ser ensinar as crianças e sim, estimulá-las para que elas sejam capazes de aprender e buscar por si só desenvolvimento pleno.

Para as crianças, a concepção de alfabetização não está bem clara ou bem definida, para elas o importante é o brincar e a aprendizagem é algo que deve ocorrer naturalmente.

Referências

ABRAMOWICZ, A. e WAJSKOP, G. Educação Infantil: Creches-atividades para crianças de zero a seis anos. Ed Moderna, 2002.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.) - Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som 2^a ed. Editora Vozes, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. de 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)*. de 26 de dezembro de 1996.

BROUGÉRE, G. Brinquedo e Cultura. Revisão Técnica e Versão Brasileira adaptada por Wajskop, Gisela- São Paulo: Cortez, 1995. Coleção questões da nossa época.

CUNHA, L. A. e MENDES, B. M. M. A Pesquisa Narrativa no Contexto da Formação Docente.

CUNHA, M, I. CONTA-ME AGORA! as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. disponível em : <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551997000100010>. Rev. Fac. Educ. vol. 23 n. 1-2 São Paulo Jan./Dec. 1997

DUARTE, N. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. Campinas: Autores Associados, 2001.

FERREIRO, E. Passado e Presente dos verbos ler e escrever. 2^a ed. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. A representação da linguagem e o processo de alfabetização. Cadernos de Pesquisas, São Paulo, n. 52, p. 7-17, fev. 1985.

GOMES, J. C. S. Brincar: uma história de ontem e hoje. Campinas—SP. 2006/UNICAMP (conclusão de graduação)

LEITE, S. A. da S. Alfabetização e Letramento: contribuições para as práticas pedagógicas. Campinas: Komedi, 2001.

MINAYO, M. C. S. (1993) O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 2.ed., São Paulo: Hucitec/ Abrasco.

OLIVEIRA, V. B. (org). O brincar e a criança do nascimento aos seis anos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VYGOTSKY, L.S; LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.